
NOTAS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO E REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE PINHEIRINHO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

NOTES ON THE PROCESS OF OCCUPATION, EVACUATION AND RESETTLEMENT OF THE PINHEIRINHO COMMUNITY IN THE CITY OF SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Mário Lúcio Sapucahy¹
Roberto Braga²
Eduardo Sonnewend Brondizio³

RESUMO: A crônica crise habitacional brasileira tem gerado soluções que, via de regra, acentuam os mesmos problemas sociais, segregando em vez de integrar as comunidades de menor renda. Em janeiro de 2012 uma ação policial de reintegração de posse realizada na cidade de São José dos Campos empregou o maior contingente policial que se tem notícia nesse tipo de ação. O episódio ficou marcado pela violência empregada contra os ocupantes na área conhecida como Pinheirinho. A luta por moradia que uniu a comunidade teve fim cinco anos depois da reintegração de posse com a entrega das residências em conjunto habitacional especialmente construído para os ocupantes do Pinheirinho. O presente artigo apresenta um histórico e considerações a respeito do longo processo da luta judicial que foi travada até a desocupação e o posterior arranjo entre município, estado e união para o reassentamento da comunidade em conjunto habitacional construído em outra área.

Palavras-chave: Pinheirinho dos Palmares. São José dos Campos. Moradia. Crise habitacional. Reintegração de posse.

1 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bacharel em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba, UNVAP. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/Rio Claro. Email: ml.sapucahy@unesp.br.

2 Livre-docente em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado - Livre-Docente (nível MS-5.3) da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro. Email: rbraga@rc.unesp.br.

3 Pós-Doutor em Ciências Humanas pela Universidade do Arizona – UOFA/EUA. Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade de Indiana, Bloomington/EUA. Professor do Departamento de Antropologia da Indiana University - IU (Bloomington, IN, EUA). Diretor do Centro de Análise de Paisagens Sócio-Ecológicas (CASEL/IU). Membro titular do Ostrom Workshop do Departamento de Ciências Políticas da IU. Email: ebrondi@indiana.edu.

Artigo recebido em abril de 2019 e aceito para publicação em maio de 2019.

ABSTRACT: The chronic brazilian housing crisis has been subjected to attempts at solutions that, predominantly, accentuate the same social problems, segregating instead of integrating the low income communities. In January of 2012, a forced eviction was carried out in São José dos Campos by the largest police contingent reported for this kind of action. The episode became known for the violence used against the squatters in the area known as Pinheirinho. The fight for housing that united the community ended five years after the forced eviction, when residences in housing projects especially built for the Pinheirinho squatters were finally delivered. The following paper presents a history and review on the long process of legal struggle up to the eviction and the subsequent arrangement between the municipality, state and union to resettle the community in a housing project built in a different area.

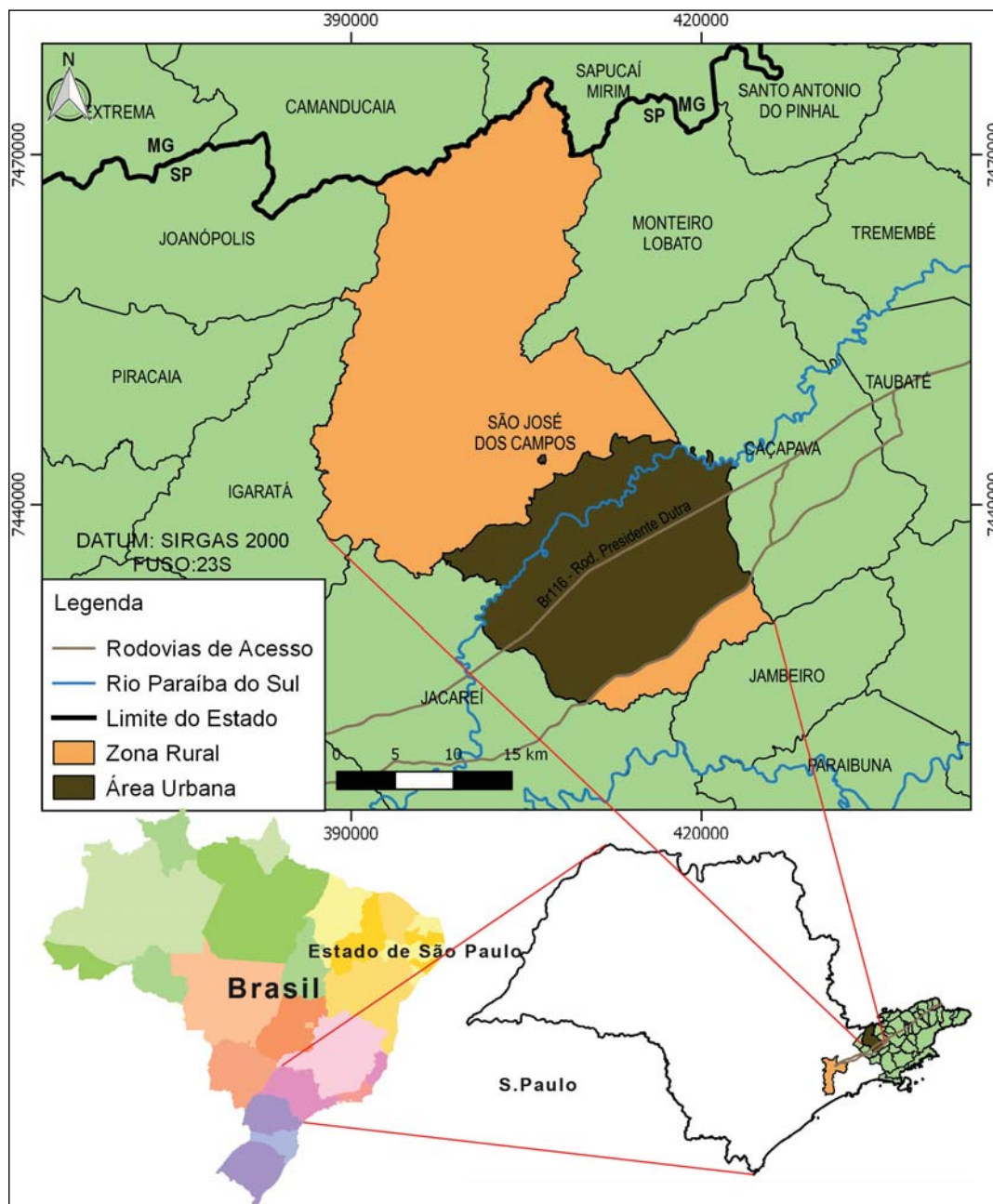
Keywords: Pinheirinho dos Palmares. São José dos Campos. Home. Housing crisis. Forced eviction.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo descrever e analisar o processo de implantação, desalojamento e reassentamento da comunidade do Pinheirinho, uma ocupação efetivada em 26 de fevereiro de 2004 na cidade de São José dos Campos-SP. O caso tornou-se nacionalmente conhecido pelo confronto violento verificado durante a ação policial de reintegração de posse em janeiro de 2012. O histórico é baseado em entrevistas com agentes atuantes no processo e em pesquisa bibliográfica, especialmente em publicações do principal periódico de São José dos Campos, que acompanhou passo a passo o longo processo entre a ocupação e o reassentamento.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E A ÁREA OCUPADA

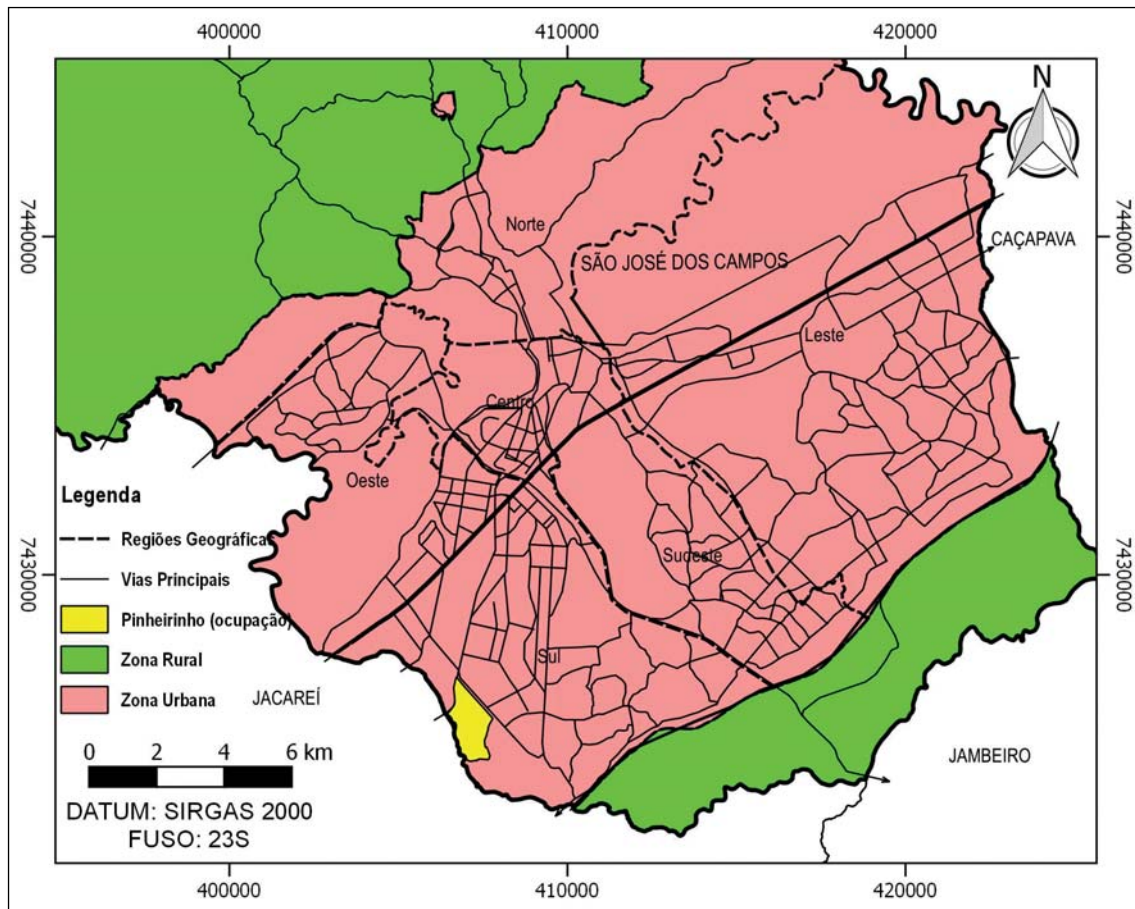
São José dos Campos/SP situa-se no Planalto Atlântico, a menos de 100 km de São Paulo, ocupa uma área de 1099 km², atualmente sua população está estimada em 703 mil habitantes (Mapa 1). Os dados econômicos de 2016 apontavam um PIB - Produto Interno Bruto - de R\$ 27.401.020.000,00, o que a colocava como a 8^a economia do Estado de São Paulo e a 19^a do Brasil, sendo o principal polo tecnológico aeronáutico da América Latina. O valor do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - do município em 2010 estava em 0,807. Em 2015 os inscritos em programas habitacionais na cidade somavam 18.600 munícipes (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016).



Fonte: elaborado pelo autor.

Mapa 1. Esquema de localização de São José dos Campos.

O terreno ocupado em 2004 pela comunidade Pinheirinho situa-se na Zona Sul, a mais populosa da cidade, que no censo de 2010 contava 220.679 habitantes, com um IDH médio de 0,794. A área ocupada, de 130 ha, dista 11,2 km do centro da cidade e está localizada na confluência de duas vias arteriais. Sendo vizinha imediata dos bairros Campo dos Alemães, Parque Residencial União e Jardim Vale do Sol, a área, na sua porção sudoeste, faz divisa com o município de Jacareí (Mapa 2).



Mapa 2. Localização da área ocupada – Pinheirinho dos Palmares.

A origem da área é incerta. Ela faz parte de área maior popularmente conhecida como Campo dos Alemães. Pertencia à família Kubtzky, quatro irmãos alemães, dois homens e duas mulheres, que foram assassinados durante assalto residencial em junho de 1969. Como as vítimas não deixaram herdeiros, o terreno deveria ter sido transferido para o estado, sendo destinado à Universidade de São Paulo, mas a instituição alega que essa transferência nunca aconteceu. Conforme Teixeira Filho (2016), sob suspeição estão os documentos que conduziram a área ocupada, contígua à propriedade da família Kubtzky, para as mãos de Benedito Bento Filho. Os registros cartoriais apontam que o terreno era de propriedade de Bechara Lahud até fevereiro de 1962 quando foi adquirido pelos irmãos Paulo e Reston Lahud; em março de 1975 Reston teria comprado a parte de Paulo; Benedito Bento Filho teria adquirido o terreno de Reston, em junho de 1978. Teixeira Filho (2016, p. 64) afirma que a documentação que envolve a compra do terreno feita por Bento Filho apresenta fortes indícios de grilagem e em razão disso a Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República teria iniciado, logo após a ocupação, uma investigação para apurar essa transferência. Dos resultados dessa investigação não alcançamos notícia.

No mesmo ano em que adquiriu a área, Bento Filho cadastrou na prefeitura um projeto de loteamento, o “Parreiras de São José”. Em dezembro de 1982, o terreno foi adquirido pela Selecta Comércio e Indústria S. A., empresa de propriedade do megainvestidor Naji Nahas, nacionalmente conhecido por denúncias de fraudes em operações de ações da Vale, Banco do Brasil e Petrobras. Em 1983 a prefeitura cancelou o loteamento e fez alterações na lei de zoneamento passando a área de residencial para industrial. Em abril de 1990, a Selecta

abriu falência e o terreno ficou abandonado. João Alves Siqueira instalou-se com a família na área e buscava na justiça conseguir a posse por usucapião; Francisco Assis Otoni ocupou área contígua desde 1985, também tentou a posse por usucapião, tendo sido removido do terreno junto com outras 250 famílias em maio de 2009 (CARVALHO, 2009).

A OCUPAÇÃO E A GESTÃO COMUNITÁRIA

Duzentas e quarenta famílias que haviam sido expulsas em 22 de janeiro de 2004 de uma tentativa de ocupação de obra do CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - montaram acampamento numa área pública no Campo dos Alemães, nessa área permaneceram até a madrugada do dia 26 de fevereiro do mesmo ano quando cruzaram a avenida e ocuparam o terreno da Selecta (COSTA, 2004a). Desde o início da ocupação, a área já era conhecida como Pinheirinho, uma referência à fileira de árvores do gênero *Pinus* plantadas ao longo da divisa do terreno (Foto 1).



Fonte: Arquivo pessoal de Lucas L. Ruiz

Foto 1. Imagem aérea da ocupação Pinheirinho dos Palmares em 17 mar 2009.

A ocupação, segundo Valdir Martins, o “Marron”, líder da comunidade, era parte do cumprimento de acordo firmado em 11 de fevereiro com representantes da prefeitura, por esse acordo os ocupantes seriam cadastrados no programa habitacional do município e seriam assistidos por programas sociais se deixassem até 2 de março a área pública ocupada.

Assim que a área foi ocupada, os lotes começaram a ser divididos para, em seguida, serem sorteados entre as famílias. Desde o início da ocupação a comunidade teve a preocupação de estabelecer regras para a organização do espaço, todos os lotes mediam 250 m², o arruamento respeitava as medidas legalmente impostas pelo município e foram preservadas as áreas de nascentes e a vegetação do entorno. A obediência ao ordenamento urbano visava não só garantir uma integração com o cenário urbano como também uma possível regularização da

área. A comunidade do Pinheirinho foi organizada por setores, em 2012 haviam 14 setores, que representavam 14 grupos de quadras, para cada setor havia um coordenador, as discussões e decisões se realizavam dentro de um rígido cronograma de reuniões e assembleias, na segunda-feira era realizada a reunião de coordenação com a presença dos 14 coordenadores, na terça-feira haviam as reuniões nos setores, na quinta-feira havia uma reunião de lideranças aberta à pessoas de fora da comunidade e todo sábado era realizada assembleia com toda a comunidade. O bairro contava com mercearia, padaria, locadora de vídeo, salão de cabeleireiro, bicicletaria, sorveteria, distribuidor de gás e bares totalizando 80 pontos comerciais, dispunha de vendedores ambulantes de hortifrutigranjeiros. Na praça Quilombo dos Palmares se situava a Igreja Madre Tereza de Calcutá, outras 6 igrejas evangélicas se distribuíam na área da ocupação. Para o lazer os moradores contavam com um parque infantil, campo de futebol, escola de capoeira e bailes de forró. Uma patrulha, de aproximadamente 40 pessoas, vigiava os limites da ocupação impedindo a entrada e permanência de pessoas estranhas, a portaria controlava o acesso 24 horas por dia, junto à portaria ficava a secretaria da ocupação. Água e energia elétrica eram obtidas através de ligações clandestinas. De forma geral a maioria das residências eram inicialmente construídas em madeira e lona e, paulatinamente, eram melhoradas com alvenaria (PEREIRA, 2005).

O CONFLITO E A REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Como já relatado, luta judicial pela posse da área antecede os fatos. Francisco Assis Otoni, que disputava a posse da área, havia obtido liminar de reintegração de posse em 8 de janeiro de 2004 na 7ª Vara Cível de São José dos Campos. Em outro processo, João Alves Siqueira também disputava a posse por usucapião e havia obtido, igualmente, liminar de reintegração de posse, este litigante foi quem primeiro entrou com pedido de reintegração de posse após a ocupação dos sem-teto, em 1º de março de 2004, esse pedido foi negado pela 6ª Vara Cível. (COSTA, 2004b)

Com o objetivo de identificar as necessidades das famílias envolvidas na ocupação do Pinheirinho e inscrevê-las nos programas assistenciais do município a prefeitura municipal decidiu integrá-las ao Sistema Informatizado de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social. Este era o segundo cadastramento, o primeiro havia sido realizado em ocasião da remoção das famílias do conjunto habitacional ocupado. Segundo a liderança do movimento uma semana após a ocupação a comunidade já contava 1200 famílias, 5200 habitantes. Maria Rita Singulano, secretária de Obras e Habitação, contestava esses números afirmando que a comunidade permanecia a mesma desde a ocupação (COSTA, 2004c). O cadastramento da prefeitura comprovou o crescimento da comunidade contabilizando 1900 famílias, 8000 pessoas, distribuídas em 1686 barracos de lona e madeira (VALEPARAIBANO, 2004d).

Além dos processos movidos por Otoni e Siqueira que reivindicaram usucapião e não obtiveram sucesso, outros dois, movidos pela prefeitura que solicitava a demolição das construções e pela massa falida da Selecta que solicitava a reintegração de posse, foram ações protagonistas na longa disputa judicial pela posse da área. Em quase oito anos de ocupação, os ocupantes foram ameaçados 10 vezes por liminares de reintegração de posse e de demolição dos barracos, em todas essas ocasiões os ocupantes juraram resistir à ação policial e o desfecho aguardado por todos era tal como se deu, violento. Tratava-se, portanto, de um confronto previsível, de tragédia anunciada (CLARET, 2004a; MENDONÇA, 2004; COSTA, 2004e; CLARET, 2004b; VALEPARAIBANO 2004b; VALEPARAIBANO, 2005; VALEPARAIBANO, 2006; RAMON; AMARAL, 2006; RAMON, 2006; SOUZA, 2009, ALVES, 2011; MANOUKIAN, 2011).

Nas eleições municipais no final de 2004 o partido governista foi reconduzido ao poder. O prefeito Emmanuel Fernandes que estivera por dois mandatos a frente do executivo joseense conseguiu eleger seu sucessor Eduardo Cury, do PSDB. Nos primeiros dias de mandato de Cury foi divulgada uma pesquisa realizada pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - solicitada pela prefeitura que apontava um deficit habitacional na cidade de 22 mil casas (BUSCH, 2005a). Outro levantamento, realizado pelo Ministério das Cidades, mostrou que a cidade tinha 16,5 mil imóveis vagos (BUSCH, 2005b).

A pressão para dissolução da ocupação era constante, os moradores acusavam a administração municipal de recusar matrícula em creches e escolas municipais para os filhos dos ocupantes, essa ordem de restrição incluiria o atendimento na rede municipal de saúde pública. Em fevereiro de 2006 o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão ligado à Secretaria dos Direitos Humanos do governo federal, visitou a área e reuniu-se com o Vice-prefeito e o Secretário de Assuntos Jurídicos que negaram haver um processo de exclusão por parte da prefeitura. (FORLIN; COSTA, 2010 p, 140-141).

O epílogo da longa disputa judicial começou em novembro de 2011 quando, após assumir a 6ª Vara Cível, a juíza Márcia Faria Mathey Loureiro que, após conceder uma semana de trégua em que aguardou análise do Tribunal de Justiça sobre agravo de instrumento impetrado pelos advogados dos ocupantes, e sem que houvesse até aquele momento resposta da segunda instância, decidiu “de ofício” ordenar a desocupação. Foram convocados a Polícia Militar, representantes da massa falida da empresa Selecta S.A. e a prefeitura para reunião a fim de organizar as ações da reintegração de posse. Essa decisão foi tomada no momento em que o CDHU negociava com a proprietária e com a prefeitura a legalização da área e a construção no local de um conjunto habitacional (MANOUKIAN, 2011). Vale também ressaltar que o imóvel acumulava uma dívida expressiva em Imposto Predial e Territorial Urbano com valores pendentes desde sua aquisição pela Selecta S.A. que somavam, em 2010, R\$ 6 milhões (FORLIN; COSTA, 2010).

Num esforço emergente para evitar a desocupação, autoridades agendaram uma reunião no Fórum de São José dos Campos no dia 13 de janeiro de 2012. Participaram dessa reunião representantes da Secretaria Nacional da Habitação ligada ao Ministério das Cidades, da Secretaria Estadual de Habitação, da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, da Defensoria Pública de São José dos Campos, da Associação dos Moradores do Pinheirinho, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diocese de São José dos Campos. O prefeito Eduardo Cury foi convidado, mas não compareceu. Nessa reunião foi elaborado um protocolo de intenções objetivando a regularização fundiária do Pinheirinho, com previsão de dotação de infraestrutura urbana, melhorias habitacionais, construção de equipamentos comunitários, desenvolvimento de trabalho social e de inclusão produtiva das famílias ocupantes da área. Com a ausência do prefeito à reunião, representantes desse grupo foram ao paço municipal entregar o documento pessoalmente ao prefeito (MANOUKIAN, 2012). O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social deixou clara a posição da prefeitura afirmando que “existem milhares de pessoas na fila para uma casa própria, não podemos passar pessoas na frente somente porque invadiram uma área” (RODRIGUES; MANOUKIAN, 2012). Além dessa afirmação uma nota emitida pela prefeitura justificando a ausência do poder administrativo municipal na reunião afirmava que “a linha de ação da prefeitura está à disposição da Justiça. A prefeitura só vai às reuniões se for convocada pela Justiça”.

Àquele momento os moradores do Pinheirinho já haviam organizado um grupo de resistência que, protegidos por capacetes de motocicleta, escudos feitos de bombonas plásticas e munidos de paus e pedras (Foto 2), aguardavam o momento de confronto com a força policial (ROSA, 2012).



Fonte: Arquivo pessoal de Lucas Lacaz Ruiz.

Foto 2. Comunidade do Pinheirinho preparada para o confronto com a Polícia Militar, 12 jan 2012.

Com base no protocolo de intenções e em virtude do interesse da União na questão, uma liminar foi concedida no dia 18 daquele janeiro suspendendo a ação de reintegração de posse e a transferência do trâmite do processo da justiça estadual para a justiça federal (RODRIGUES, 2012). Essa liminar, concedida por uma juíza plantonista, foi revogada no mesmo dia pelo juiz titular e dois dias depois restabelecida pelo desembargador do Tribunal Regional Federal, decisão essa enviada ao juiz federal local que deveria comunicá-la ao comandante da polícia, o que não se efetivou. A tentativa dos advogados da Associação de Moradores do Pinheirinho e da Defensoria Pública que conduziram o oficial de justiça à área do conflito para comunicar a decisão do desembargador foi frustrada diante de um comandante da guarda municipal que fugiu da presença do oficial de justiça e do pelotão da Polícia Militar que os recebeu com violência.

Com a presença ostensiva de dois mil policiais muito bem equipados efetivou-se naquela manhã do dia 22 de janeiro a maior e mais violenta reintegração de posse verificada no Brasil. A operação teve início às 6 horas do domingo com sobrevoo de helicóptero e bombardeio de gás lacrimogênio e de bombas de efeito moral. Os moradores ensaiaram uma resistência ateando fogo nas barricadas de pneus previamente preparadas, mas a ação da polícia foi muito rápida, os líderes foram algemados e a resistência desmobilizada. Alguns moradores conseguiram abandonar a área e permaneceram nas imediações em posição de confronto com a Guarda Municipal, outros se deslocaram para a Via Dutra - BR 116 e bloquearam as pistas. 400 servidores públicos e 120 assistentes sociais foram deslocados para trabalhar no centro de triagem montado no Poliesportivo do Campo dos Alemães. No final da tarde, tratores colocaram abaixo as casas do Pinheirinho. Como resultado dos confrontos foram registrados incêndios em 10 veículos e em uma padaria, de propriedade de um vereador, 18 pessoas detidas, 1 pessoa baleada e várias famílias encaminhadas para

abrigos provisórios. A secretaria de transportes suspendeu a circulação de ônibus em toda a cidade, restabelecendo o serviço na madrugada nas outras zonas da cidade, mas estendendo a suspensão na Zona Sul para toda a segunda-feira (ROSA et al, 2012).

O dia seguinte à desocupação também foi marcado por confrontos entre moradores e a polícia; veículos, estabelecimentos comerciais e uma biblioteca pública foram incendiados, o comércio da Zona Sul permaneceu fechado o dia todo (CARDOSO; FARIA, 2012). Denúncias também foram encaminhadas quando famílias voltaram ao terreno e não encontraram os pertences que não tiveram oportunidade de recolher no momento da desocupação. 43% dos moradores perderam seus postos de trabalho em razão da desocupação (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

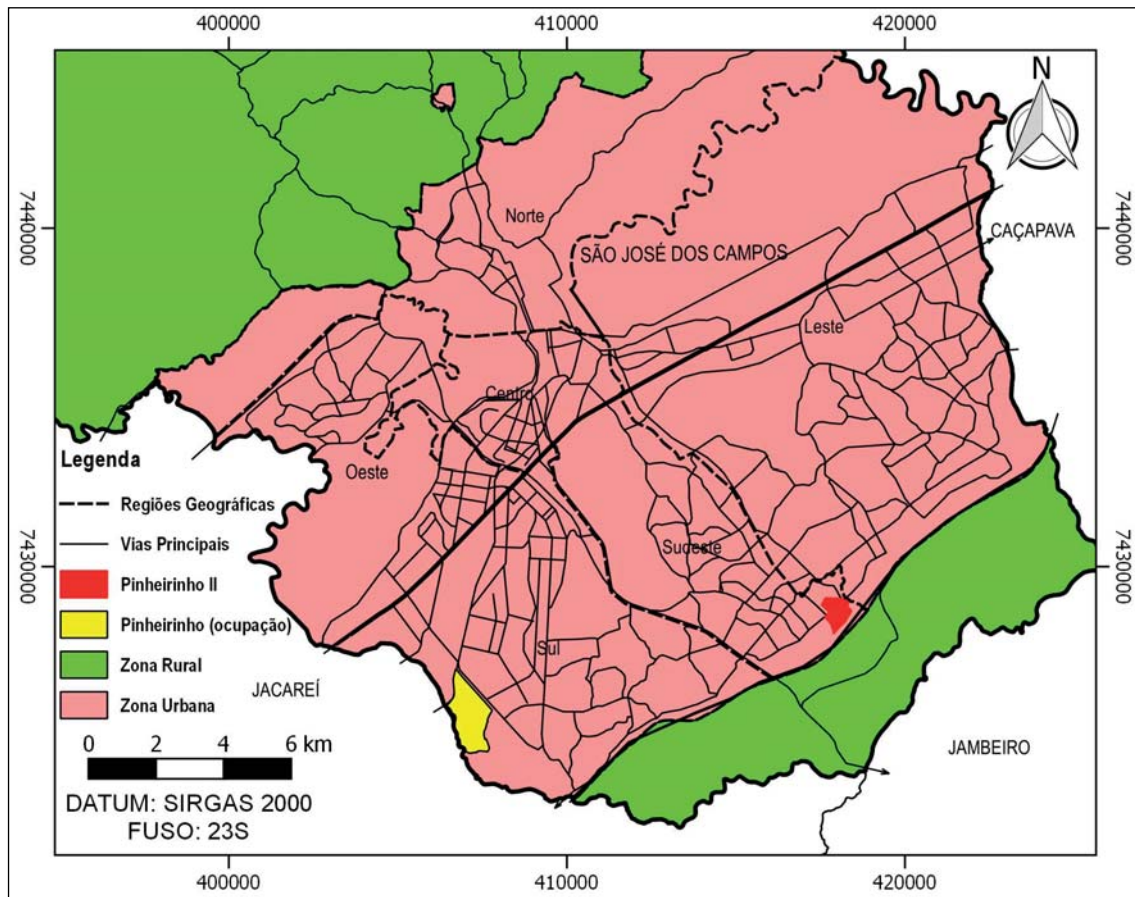
O saldo econômico e social estava longe de encerrar naquela ação de reintegração de posse. A Defensoria Pública do Estado entrou com aproximadamente 1150 processos contra o Estado em nome dos ex-moradores do Pinheirinho (RODRIGUES, 2012), com pedidos de indenizações no valor individual de R\$36 mil o que levaria a um total de R\$41,4 milhões (LAM, 2014). No primeiro momento as famílias que passaram pela triagem da prefeitura foram precariamente alojadas em abrigos improvisados o que gerou desconforto e várias reclamações. O cadastro pós-confronto registrou 1786 famílias, todas elas receberiam aluguel social do governo estadual por cinco anos. A notícia da concessão de aluguel social teve efeito imediato no mercado imobiliário elevando o valor dos aluguéis na cidade, especialmente na Zona Sul.

Em agosto de 2012 a Justiça determinou o leilão da área ocupada por lance mínimo de R\$187 milhões, parte do total arrecadado seria revertido para pagamento de dívidas acumuladas com a prefeitura de São José dos Campos e com o governo federal estimadas em R\$30 milhões, esse leilão não obteve sucesso (MONTEIRO, 2012). Por serviços prestados durante a desocupação a Urbam - Urbanizadora Municipal S/A cobrava, em valores de 2012, R\$ 458,9 mil da massa falida. Em novembro de 2014 foi agendada uma segunda tentativa de leiloar a área mas os advogados da massa falida da Selecta requereram a suspensão do leilão oferecendo para o mesmo fim imóveis na cidade de Itú/SP, o que foi deferido pela justiça (RODRIGUES, 2014). O palco da desocupação, permanece até hoje como um vazio urbano sem cumprir sua função social.

O REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE

As eleições de 2012 recolocaram o partido de oposição no poder depois de 16 anos, com a eleição de Carlinhos Almeida, do PT. Essa mudança parece ter sido determinante na condução do reassentamento da comunidade do Pinheirinho. Com apoio e recursos provenientes dos governos estadual e federal, a liderança do movimento iniciou a procura por uma área na cidade para implantação do conjunto habitacional. Os recursos aportados para a compra do terreno não foram suficientes para compra de área mais próxima do centro. Caso a comunidade tivesse optado por um conjunto residencial vertical poderiam ter optado por área mais central, como fizeram a opção por casas térreas, as opções de compra se restringiram aos terrenos mais afastados. Após a avaliação de 56 terrenos foi selecionado um terreno na zona sudeste, no limite urbano da cidade. Como essa área estava enquadrada parte em Zona de Qualificação Urbana e parte em Zona Estritamente Industrial, o que inviabilizava a construção de conjunto residencial, a prefeitura levou à Câmara uma proposta de alteração da lei de zoneamento, enquadrando toda a área como Zona Especial de Interesse Social, o que permitia a edificação de empreendimento financiado com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.

A área selecionada possuía 54,88 ha, localizando-se na Zona Sudeste, tendo como vizinhança imediata somente o Conjunto Habitacional Nosso Teto, fazendo confronto a nordeste com a várzea do rio Alambari e a sudeste com a rodovia Carvalho Pinto – SP70 (Mapa 3). O acesso à área se faz por uma via única, a avenida João Rodolfo Castelli, distando 15,1 km do centro da cidade. Os lotes têm 160 m² e as unidades residenciais homogêneas possuem 46 m². O custo total das obras chegou a R\$ 169,7 milhões, sendo R\$ 134,3 milhões do governo federal e R\$35,4 do governo estadual. As famílias contempladas ficaram responsáveis por uma prestação simbólica no valor de 5% da renda familiar por 10 anos.



Mapa 3. Localização do Bairro Pinheirinho dos Palmares II.

As obras do conjunto habitacional tiveram sucessivos atrasos. A conclusão das obras, inicialmente programadas para setembro de 2015, foi reprogramada para março de 2016; em março de 2015, alegando atrasos no repasse de verbas a construtora Elglobal abandonou as obras do Pinheirinho II (ALVES, 2015a); em abril de 2015 a Caixa Econômica Federal definiu nova construtora (ALVES, 2015b); após sucessivos atrasos na entrega (SARDINHA, 2016) e às vésperas de uma nova gestão municipal com retorno do partido que apoiou a desocupação, a comunidade do Pinheirinho, prevendo uma possível mudança na destinação das casas pelo novo governo, invadiu o paço municipal exigindo a entrega das chaves. A pressão deu resultado e no dia 22 de dezembro de 2016, 4 anos e onze meses ou 1796 dias após a trágica desocupação do Pinheirinho as chaves foram entregues. Quando as 1461 famílias cadastradas ocuparam suas novas moradias algumas ruas estavam interditadas, algumas casas ainda não estavam concluídas e muitas sem instalação hidráulica completa, mas o sonho da casa própria havia sido alcançado. A

principal crítica ao reassentamento dos moradores do Pinheirinho sempre foi em razão do desrespeito à fila dos inscritos no programa habitacional do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os 7 anos, 10 meses e 27 dias de ocupação do Pinheirinho, a prefeitura de São José dos Campos foi uma combativa opositora da comunidade, mais do que a proprietária da área. Desde o início a administração municipal não se mostrou inclinada a uma real solução do problema, acenava com a inscrição das famílias em programas assistenciais e sempre postulou que deveriam se submeter à fila da casa própria o que, segundo cálculos de 2012, considerando o número de inscritos no programa habitacional e a velocidade de construção de casas populares, as famílias do Pinheirinho enfrentariam uma espera de 72 anos. Enquanto a disputa prosseguia, a prefeitura de São José dos Campos logrou a remoção de outras comunidades menores. Em fevereiro de 2010 derrubou 33 barracos da favela do Regaço baseado em laudo que apontava risco de deslizamento de terra, laudo contestado pela Defensoria Pública (RAMON, 2010); em setembro do mesmo ano a prefeitura concluiu remoção de 142 famílias que viviam na área de ampliação do aterro sanitário, todas essas famílias foram transferidas para conjuntos habitacionais (IBELI, 2010). Nos dois casos as famílias removidas foram reassentadas, ao que tudo indica, sem obedecer a fila do programa habitacional municipal.

Ao assumir o seu primeiro mandato, o prefeito Eduardo Cury afirmava que a questão do Pinheirinho seria seu pior problema e afirmava que “o ônus de retirar é muito pequeno perto do de deixar a manter a ocupação” (ZAMBELI; AMARAL, 2006). Considerando todas as despesas resultantes da opção de remover, ou seja, despesas da ação de reintegração de posse, de alimentação e alojamento das famílias nos dias subsequentes à reintegração, aluguel social para 1642 famílias durante 5 anos, compra do terreno, construção do conjunto habitacional e ações indenizatórias das famílias removidas, ainda que essa soma não tenha sido até hoje finalizada é possível antever que o ônus para joseenses e brasileiros foi extremamente elevado se comparado com a opção de aquisição da área original e financiamento, conforme propunha o CDHU e o Ministério das Cidades. Some-se a esse montante a dívida de IPTU, pendente até hoje, do terreno que permanece sem cumprir função social.

Ao final, a comunidade Pinheirinho logrou relativo sucesso na sua luta pela casa própria, em que pese o reassentamento em área isolada e segregada da cidade. Dois fatores parecem ter contribuído positivamente nesse sentido: a coesão e organização da comunidade, em nível raramente observado em movimentos sociais desse tipo, e a própria ação violenta de reintegração de posse que acabou por transformá-los em mártires e propiciando atenção especial no seu reassentamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, X. Nova decisão judicial ameaça regularização do Pinheirinho. **O Vale**, São José dos Campos, 20 ago. 2011. p. 3.

ALVES, X. Empreiteira abandona obras do Pinheirinho dos Palmares. **O Vale**, São José dos Campos. 2015a. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/empreiteira-abandona-obras-do-pinheirinho-dos-palmares-1.580715>. Acesso em: 22 maio 2018.

ALVES, X. Caixa define empreiteira que vai concluir novo Pinheirinho. **O Vale**, São José dos Campos. 2015b. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/caixa-define-empreiteira-que-vai-concluir-novo-pinheirinho-1.581336>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BUSCH, G. São José tem déficit de 22 mil moradias. **Valeparaibano**, São José dos

- Campos, 7 jan. 2005a. Política, p. 5.
- BUSCH, G. Estudo revela que São José tem 16,5 mil imóveis vagos. **Valeparaibano**, São José dos Campos. 14 jan. 2005b. Habitação, p. 3.
- CARDOSO, W.; FARIA, J. C. Pinheirinho tem segundo ‘dia de guerra’ com novos conflitos e carros queimados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jan. 2012. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/publicados/2012/01/24/g/20120124-43197-nac-27-cid-c1-not-wpgpxae.jpg>. Acesso em: 23 maio 2018.
- CARVALHO, E. Sem-teto enfrentam cisão em São José. **Valeparaibano**. São José dos Campos, 14 maio 2009. Política, p. 5.
- CLARET, M. Juiz exige desocupação do Pinheirinho. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 20 out. 2004a. Geral, p. 3.
- CLARET, M. PM vai usar 100 homens para tirar sem-teto do Pinheirinho. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 21 out. 2004b. Geral, p. 6.
- COSTA, G. C. da. Sem-teto invade área e ameaça governo. **Valeparaibano**. São José dos Campos, 27 fev. 2004a. Geral, p. 5.
- COSTA, G. C. da. Juiz defende os sem-teto e nega liminar. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 3 mar. 2004b. Política, p. 5.
- COSTA, G. C. da. Número de sem-teto de S. José supera população de 9 cidades. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 4 mar. 2004c. Política, p. 4.
- COSTA, G. C. da. Tribunal dá vitória aos sem-teto. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 3 abr. 2004d. Política, p. 4.
- COSTA, G. C. da. TJ mantém liminar e exige reintegração do Pinheirinho. **Valeparaibano**. São José dos Campos, 15 dez. 2004e. Geral, p. 4.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Laudotécnicos socioeconômico**: processo de desocupação da comunidade do Pinheirinho. São Paulo, jan. 2013. 128p.
- FORLIN, L. G.; COSTA, S. M. F. da. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. **Geosul**. Florianópolis, v. 25 n. 49, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15505>. Acesso em: 22 set. 2017.
- IBELI, C. PM desocupa área de aterro em São José. **O Vale**, São José dos Campos, 1 set. 2010, p. 6.
- LAM, L. Leilão da área do Pinheirinho é suspenso pela Justiça de SP. **O Vale**, São José dos Campos, 14 nov. 2014. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/leil-o-da-area-do-pinheirinho-e-suspenso-pela-justica-de-sp-1.571916>. Acesso em: 6 nov. 2017.
- MANOUKIAN, F. Juíza convoca PM para desocupar o Pinheirinho. **O Vale**, São José dos Campos, 18 nov. 2011. p. 5.
- MANOUKIAN, F. Prefeitura frustra acordo e amplia tensão no Pinheirinho. **O Vale**, São José dos Campos, 14 jan. 2012, p. 3.
- MENDONÇA, E. TJ manda sem-teto deixar Pinheirinho. **Valeparaibano**. São José dos Campos, 11 dez. 2004. Política, p. 12.
- MONTEIRO, G. Área do Pinheirinho vai a Leilão por R\$187 milhões. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2012. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/publicados/2012/08/16/g/20120816-43402-nac-48-cid-c4-not-qwhgqhe.jpg>. Acesso em: 23 maio 2018.
- PEREIRA, C. Pinheirinho: cidade paralela em S. José. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 27 nov. 2005. Política, p. 3.
- RAMON, M.; AMARAL, J. R. Justiça libera intervenção no Pinheirinho. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 24 mar. 2006. Política, p.3.
- RAMON, M. Prefeitura tem 30 dias para demolir casas do Pinheirinho. **Valeparaibano**,

- São José dos Campos, 17 jun. 2006. Política, p. 4.
- RAMON, M. Prefeitura retira escombros da favela do Regaço. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 26 fev. 2010. Política, 5.
- RIBEIRO, G. As previstas ocupações. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 21 mar. 2004. Opinião, p. 2.
- RODRIGUES, A. Defensoria abre 600 ações sobre Pinheirinho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2012. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/publicados/2012/06/20/g/20120620-43345-nac-32-cid-c6-not-xgeshee.jpg>. Acesso em: 23 maio 2018.
- RODRIGUES, E. TJ de São Paulo decide suspender leilão de área do Pinheirinho. **Meon**, São José dos Campos, 14 nov. 2014, Disponível em: <http://www.meon.com.br/noticias/regiao/tj-de-sao-paulo-decide-suspender-leilao-de-area-do-pineirinho>. Acesso em: 24 maio 2018.
- RODRIGUES, F.; MANOUKIAN, F. Prefeitura pede prazo para analisar proposta. **O Vale**, São José dos Campos, 13 jan. 2012. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/prefeitura-pede-prazo-para-analisar-proposta-1.206427>. Acesso em: 6 nov. 2017.
- RODRIGUES, F. Duelo: TRF e Justiça de S. José brigam sobre caso Pinheirinho. **O Vale**, São José dos Campos, 21 jan. 2012, p. 4.
- ROSA, B. Sitiado, Pinheirinho prepara resistência à operação da PM. **O Vale**, São José dos Campos, 12 jan. 2012, p. 3.
- ROSA, B. et al. Depois de oito anos, Pinheirinho está vazio. **O Vale**, São José dos Campos, 22 jan. 2012. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/depois-de-oito-anos-pineirinho-esta-vazio-1.210270>. Acesso em: 22 maio 2018.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade). Prefeitura de São José dos Campos. **São José em dados 2016**: informações sobre a cidade de São José dos Campos. São José dos Campos, 2016. Disponível em: http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf. Acesso em: 7 ago. 2018.
- SARDINHA, J. P. Novo Pinheirinho será entregue dia 30 de junho. **O Vale**, São José dos Campos, 27 abr. 2016. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/2.620/novo-pineirinho-sera-entregue-dia-30-de-junho-1.677546>. Acesso em 22 maio 2018.
- SOUZA, C. C. de. Justiça autoriza a demolição dos barracos do Pinheirinho. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 10 nov. 2009. Política, p. 4.
- SOUZA, J. D. de. Ocupação Urbana. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 19 mar. 2004. Opinião, p. 2.
- TEIXEIRA FILHO, M. M. **A atuação do Poder Judiciário nos conflitos de terra: o caso Pinheirinho**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322689>. Acesso em: 23 set. 2017.
- VALEPARAIBANO. **Sem-teto ameaçam invadir novas áreas em três cidades da região**. São José dos Campos, 9 mar. 2004a. Política, p. 5.
- VALEPARAIBANO. **Juiz proíbe retirada de famílias**. São José dos Campos, 22 out. 2004b. Política, p. 3.
- VALEPARAIBANO. **PM prepara reintegração no Pinheirinho**. São José dos Campos. 22 jul. 2005. Geral, p. 9.
- VALEPARAIBANO. **Barracos do Pinheirinho vão ser demolidos**. São José dos Campos, 31 jan. 2006. Política, p. 3.
- ZAMBELI, F.; AMARAL, J. Cury dá nota 7 para seu governo, mas teme sem-teto. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 8 jan. 2006. Especial, p. 4-5.